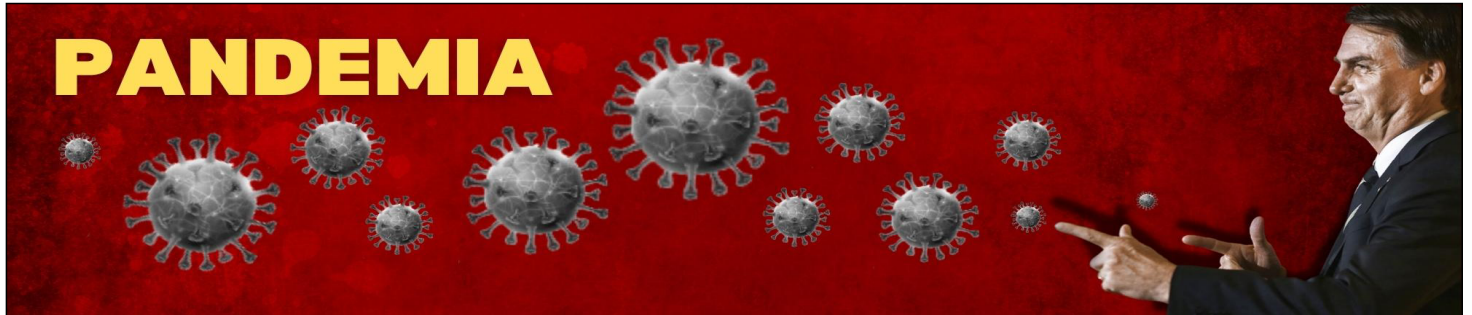




GOVERNO DESPREZA A SAÚDE E A VIDA DOS TRABALHADORES

PANDEMIA



Por meio de uma nova portaria, publicada no dia 25 de janeiro, o governo de Jair Bolsonaro (PL) reduziu de 14 para 10 os dias recomendados de isolamento para trabalhadores que testaram positivo para a Covid-19. Esse isolamento ainda pode ser reduzido para sete dias caso o trabalhador confirmado (ou suspeito de estar infectado) não tenha apresentado febre nas últimas 24 horas.

A medida contraria as recomendações de especialistas e autoridades de saúde do mundo todo. Apesar da explosão de casos provocados pela variante ômicron, que já causa superlotação de hospitais e adoecimento de profissionais de Saúde em todo o País, a Portaria Interministerial nº 14, assinada pelos ministérios do Trabalho e Previdência e da Saúde, alterou regras e protocolos de segurança no combate à pandemia para atender aos interesses econômicos das empresas.

A Secretária de Saúde do Trabalhador da CUT, Madalena Margarida Silva, explica que “estudos científicos já demonstram que a transmissibilidade do vírus, mesmo a partir do quinto ou sexto dia, continua acontecendo, já que o pico da carga viral em pessoas infectadas com a ômicron ocorre entre três e seis dias após os primeiros sintomas”. Isso significa que, ao reduzir o período de isolamento dos contaminados, a disseminação da nova variante irá se acelerar. De acordo com Silva, a assessoria jurídica da CUT trabalha para tentar judicializar a decisão e revogá-la imediatamente.

Embora a ômicron seja menos letal e o avanço da vacinação esteja evitando o agravamento da doença na maioria dos imunizados, a taxa de transmissão acelerada dessa nova variante reflete na elevação do número de mortes. Nos primeiros dez dias de janeiro, a média móvel de casos de Covid-19 teve um crescimento de 627% no País. Quanto mais contaminados, maior será o número de hospitalizações e óbitos.

O isolamento social é a melhor garantia de se evitar a propagação do vírus, o surgimento de novas variantes e a saturação do sistema hospitalar. Voltamos à situação

vivida durante o início da pandemia: o governo federal ignora todas as recomendações de especialistas comprometidos com a saúde e age para favorecer os lucros de um grupo reduzido de empresários, enquanto o povo morre desassistido.

Devido à atitude negacionista do Governo Federal, a taxa de vacinação segue aquém do que seria o ideal para proteção da população, a exemplo do que aconteceu com a vacinação das crianças, autorizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e atrasada por intervenção do Ministério da Saúde (MS). O ministro da Pasta, Marcelo Queiroga, declarou que não haveria emergência em imunizar esse público, menosprezando o número de óbitos infantis ocorridos no Brasil. As intervenções do MS chegaram a atrapalhar, inclusive, a logística para entrega das vacinas aos estados e municípios. O próprio presidente disseminou diversas “fake news” sobre o tema, com objetivo de criar desconfiância de pais e mães em relação aos imunizantes.

A política genocida de Bolsonaro é parte dos planos de um governo voltado para destruir todos os direitos dos trabalhadores, inclusive o direito à vida. O Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Brasil é referência internacional de política pública de saúde e está sendo destruído em nome da privatização do SUS e dos lucros de empresas bilionárias que tratam Saúde como mercadoria. Além disso, o caos social criado pela pandemia favorece a implantação das perversas reformas neoliberais enquanto os trabalhadores tentam se proteger da contaminação, abandonados à própria sorte.

CENTRAIS E SINDICATOS DEVEM FORTALECER ESSE DEBATE E INICIAR AS CAMPANHAS DE GREVES SANITÁRIAS EM FAVOR DA VIDA DOS TRABALHADORES.

FORA BOLSONARO E TODO O SEU GOVERNO!

Íntegra da Portaria:
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria->



CORTES NA EDUCAÇÃO: MAIS ATAQUES DO GOVERNO BOLSONARO



O orçamento da União para 2022 foi sancionado por Jair Bolsonaro com mais cortes à Educação pública, que impactarão o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior. Haverá redução nas verbas para o Programa Educação Básica de Qualidade e para o apoio à consolidação, reestruturação e modernização das Instituições Federais de Ensino Superior. Com isso, a garantia de acesso ao ensino superior para a população brasileira está ainda mais ameaçada.

Além dos cortes, com exceção da promessa de reajuste salarial aos policiais, base eleitoral de Bolsonaro, o governo não previu recursos para os reajustes salariais do funcionalismo público federal. Diante dessa situação, as entidades classistas anunciam mobilizações nacionais e estaduais, prosseguindo e ampliando a luta que se iniciou em 2021 contra a aprovação da PEC 32.

É fundamental que sejam convocadas Assembleias Gerais das categorias para aprovação do indicativo de uma Greve Nacional Unificada dos servidores públicos a partir de 09 de março.

ENTREGA DE DADOS: A DOMINAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO SOBRE A SOCIEDADE



No último dia 07 de janeiro, foi publicado no Diário Oficial da União, o resumo de um contrato que prevê a liberação de informações e dados biométricos e biográficos dos cidadãos brasileiros para empresas e instituições vinculadas a uma entidade que diz representar “os interesses de bancos de diversos portes, de controle nacional e estrangeiro, financeiras, cooperativas, instituições de pagamento, sociedades de crédito privado, sociedades de empréstimo pessoal e fintechs”.

O acordo, além de violar a privacidade dos cidadãos, que sequer foram consultados nem informados sobre a utilização de suas informações pessoais, entrega ao sistema financeiro informações essenciais para acumulação do capital e pode ser parte da estratégia para justificar a privatização das empresas públicas de Tecnologia da Informação, objetivo do governo Bolsonaro. Trata-se do aprofundamento da dominação do sistema financeiro sobre todas as dimensões de nossa sociedade.

GOVERNO QUER PRIVATIZAR OS CORREIOS EM 2022



A secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal, Martha Seillier, em evento virtual promovido na semana passada para uma empresa de investimentos, afirmou que a única empresa do setor de comunicações e tecnologia a ser privatizada em 2022, antes do fim do mandato de Bolsonaro, será os Correios.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) inicia o ano com 124 Projetos de Lei na pauta, entre eles o que autoriza a privatização dos Correios e atualiza o marco regulatório do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP).

Manter a mobilização dos trabalhadores dos Correios é fundamental para barrar a privatização.

FORA BOLSONARO E TODO O SEU GOVERNO!